

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho

**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**



Atena
Editora
Ano 2020

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho

**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D451 Desenvolvimento regional na Amazônia [recurso eletrônico] :
 infraestrutura, capital humano, renda e trabalho / Organizadora
 Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-44-7
 DOI 10.22533/at.ed.447201103

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento regional – Amazônia. I. Silva, Michele Lins Aracaty e. CDD 338.9811

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos o terceiro e último livro desta trilogia que reúne trabalhos que tem como objeto de estudo o Desenvolvimento Regional no contexto amazônico. Este e-book completa um projeto de publicação colaborativa entre um grupo de pesquisadores e amigos.

Juntamente com os outros dois e-books anteriormente publicados, que são: AMAZÔNIA: Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional (2014) e AMAZÔNIA: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional (2019), este livro intitulado: DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho, apresenta como característica principal a composição por artigos científicos construídos por docentes, discentes, pesquisadores e amigos que discutem em seus estudos e pesquisas temas ligados à temática do livro.

Os oito artigos aqui selecionados são resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos de caso, projetos de iniciação científica e monografias desenvolvidas pelos autores, ou seja, é a soma do cotidiano da missão de ser docente, discente e trabalhar com pesquisas.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Este e-book assim como os demais trabalhos deste grupo terá o seu acesso livre para pesquisas e leitura de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Nos três primeiros capítulos, temos artigos provenientes de monografias de graduação. No primeiro capítulo, temos um artigo em que o discente tomou como base as potencialidades regionais analisando A Importância dos APL's de Fitoterápicos e Fitocosméticos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas entre os anos de 2010 a 2015 tendo como base as teorias econômicas do desenvolvimento econômico e regional. No segundo capítulo, a discente analisou os investimentos da Agricultura Familiar: uma análise do PRONAF e PAA para o Estado do Amazonas (1999-2017) tendo como base uma pesquisa bibliográfica e documental. Já no terceiro, o discente construiu o seu trabalho com o propósito de analisar o desenvolvimento dos municípios amazonenses, entre 1991 e 2016, à luz das teorias de desenvolvimento regional, a fim de confirmar a aplicação destas na explicação das dinâmicas regionais, no contexto do Amazonas, o artigo tem como título: Dependência e Desenvolvimento: Uma Análise dos Municípios Amazonenses sob a Ótica das Teorias de Desenvolvimento Regional

No quarto capítulo, o grupo responsável pela pesquisa tinha o propósito de

apresentar as normas relacionadas à tratativa e recuperação do meio ambiente, sobretudo àquelas resultantes das atividades econômicas. Assim, discutiu-se que as normas legislativas exercem peso de comando e de controle nos aspectos relacionados às atividades econômicas que impactam o meio ambiente natural. Mostra ainda o volume de ocupações em postos de trabalho formal nestas atividades. Os dados são extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, e cobrem um período de 11 anos (de 2006 a 2017) o artigo tem como título: Ocupações Formais em Atividades de Recuperação do Meio Ambiente: Considerações Legislativas

No capítulo seguinte, intitulado: Ecoturismo e Sustentabilidade: Considerações Acerca da Demanda Internacional para o Turismo de Floresta no Amazonas, os autores propuseram como objetivo verificar o desempenho do ecoturismo no Estado do Amazonas no período de 2004 a 2014. Para dar resposta ao objetivo proposto, utilizou-se dados do Anuário Estatístico de Turismo (Ministério do Turismo), bem como da Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas (Amazonastur).

Já no sexto capítulo, intitulado: Agenda 21, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Agenda 2030: Uma Análise Crítica dos Guias de Municipalização apresenta como objetivo fazer uma reflexão acerca das estratégias, acertos, erros e desafios relacionados com a descentralização e a participação social que podem servir de aprendizado para o processo de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir da experiência brasileira no processo de municipalização dessas duas primeiras agendas.

No sétimo capítulo, onde o artigo construído pelos autores e intitulado: Pensamento Complexo e Racionalidade Ambiental: Alternativa à Crise Civilizatória e seus Efeitos Devastadores na Natureza apresentou como objetivo delinear e apresentar as contribuições de Morin e Leff para um mundo mais sustentável, com outros valores em termos de sustentabilidade e meio ambiente, com uma visão voltada à preservação do planeta e a um melhor uso dos recursos naturais disponíveis e com um olhar conservacionista, para que possamos salvar o que ainda nos resta da nossa Terra Pátria

No oitavo e último artigo, intitulado: Logística Reversa e o Meio Ambiente: Estudo de Caso em uma Recicladora Amazonense os autores propuseram analisar a importância da logística reversa para o meio ambiente, procurando esclarecer e descrever a logística reversa em uma empresa atuante no segmento. O objeto da pesquisa foi uma empresa que atua na reciclagem de materiais e que se coaduna aos conceitos da logística reversa localizada no Estado do Amazonas. Ressaltamos que este artigo assim como os três primeiros deste livro também é objeto de trabalho de final de curso de graduação.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões

e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva
Manaus, 2020.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”

Albert Einstein

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
A IMPORTÂNCIA DOS APLS DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS	
Michele Lins Aracaty e Silva Erick Alves de Brito Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4472011031	
CAPÍTULO 2	28
A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF E PAA PARA O ESTADO DO AMAZONAS NO PERÍODO DE 1999-2017	
Michele Lins Aracaty e Silva Isabela Sousa de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4472011032	
CAPÍTULO 3	44
DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Michele Lins Aracaty e Silva Marcelo Peres Canuto	
DOI 10.22533/at.ed.4472011033	
CAPÍTULO 4	67
OCUPAÇÕES FORMAIS EM ATIVIDADES DE RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES LEGISLATIVAS	
Jaqueline Montenegro da Cruz Rúbia Silene Alegre Ferreira Eliza Affonso Lasmar Ethel Barros Cunha Maruccia M ^a do Perpétuo Socorro O. Robustelli	
DOI 10.22533/at.ed.4472011034	
CAPÍTULO 5	78
ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DEMANDA INTERNACIONAL PARA O TURISMO DE FLORESTA NO AMAZONAS	
Rúbia Silene Alegre Ferreira Marklea da Cunha Ferst Antonio Geraldo Harb Luiz Cláudio Pires Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4472011035	
CAPÍTULO 6	93
AGENDA 21, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO E AGENDA 2030: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS GUIAS DE MUNICIPALIZAÇÃO	
Rafael Moraes Reis Wanessa da Costa Nascimento Waleska da Costa Nascimento Luis Carlos da Silva Braga Michele Lins Aracaty e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4472011036	

CAPÍTULO 7 109

PENSAMENTO COMPLEXO E RACIONALIDADE AMBIENTAL: ALTERNATIVA À CRISE CIVILIZATÓRIA E SEUS EFEITOS DEVASTADORES NA NATUREZA

Idelcleide Rodrigues Lima Cordeiro

Wanessa da Costa Nascimento

Vânia Galvão Costa

Rafael Moraes Reis

Carlos Geraldo de Britto Feitoza

DOI 10.22533/at.ed.4472011037

CAPÍTULO 8 122

LOGÍSTICA REVERSA E O MEIO AMBIENTE: ESTUDO DE CASO EM UMA RECICLADORA AMAZONENSE

Manoel Carlos de Oliveira Junior

Sandro Breval Santiago

Alline de Sena Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4472011038

SOBRE A ORGANIZADORA..... 134

SOBRE OS AUTORES 135

A IMPORTÂNCIA DOS APLS DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Data de aceite: 13/02/2020

**Michele Lins Aracaty e Silva
Erick Alves de Brito Coelho**

RESUMO: Com o intuito de gerar emprego e renda e fomentar a economia com foco no desenvolvimento regional o Estado do Amazonas através da (SEPLAN/CTI) identificou potencialidades nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) com destaque para o setor da bioindústria nos segmentos de fitoterápicos, fitocosméticos e fitofármacos. Quanto aos aspectos metodológicos, temos quanto à natureza como quali-quantitativa, quanto às fontes de pesquisa, como bibliográfico e documental, tendo como objeto as teorias econômicas de desenvolvimento econômico e regional e os relatórios disponibilizados pela (SEPLAN/CTI) primordiais para a análise de conteúdo. Assim, os APL's de fitoterápicos e fitocosméticos apresentaram uma elevação na participação no PIB nominal, PIB per capita e no PIB dos setores primário e secundário de Barreirinha, Manaquiri, Presidente Figueiredo e Silves onde encontram-se implementados. Desta forma, é possível verificar que os APL's de fitoterápicos e fitocosméticos estão em franca expansão e com potencial para se tornarem pilares da economia amazonense.

PALAVRAS-CHAVE: APL. Desenvolvimento Regional. Fitoterápicos e Fitocosméticos.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento em algumas regiões ocorre de formas e intensidades diferentes. No caso brasileiro surgiram como projetos em suas regiões os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs são meios para se iniciar um processo de Desenvolvimento Econômico; e a justificativa em trabalhar com essa temática é muito relevante, pois mecanismos como esses dos arranjos em comunhão com setor de fitoterápicos e fitocosméticos podem fazer com que esse setor possa ter participação contundente na economia amazonense. A pesquisa vai destacar a importância dos Arranjos Produtivos Locais de Fitoterápicos e Fitocosméticos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas.

O setor farmacêutico e o de cosméticos são setores que demandam por insumos cada vez mais especiais e raros de serem encontrados. Empresas multinacionais e nacionais de grandes portes, empresas locais e pequenos produtores importam insumos da região. A questão de maior relevância é: qual a participação dos Arranjos Produtivos Locais de Fitoterápicos e Fitocosméticos na economia amazonense?

Podemos afirmar que os arranjos são importantes para o estado pois são uma maneira de dinamizar a economia estadual

fora do eixo da sua capital. As informações que serão apresentadas irão comprovar essa hipótese. Podemos ressaltar que o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos só crescem ano a ano no mercado internacional e, é cada vez mais importante expandir a produção desses produtos a fim de que ele contribua de forma mais participativa na receita e no produto agregado do estado.

Este trabalho apresenta como objetivo principal analisar os Arranjos Produtivos Locais de Fitoterápicos e Fitocosméticos e sua importância à luz das teorias do desenvolvimento regional em convergência com documentos da SEPLAN-CTI e do IBGE que mostra os dados da evolução econômica dos municípios do Arranjo. Quanto aos objetivos específicos visamos: a) Descrever os arranjos existentes e a sua contribuição na produção de Fitoterápicos e Fitocosméticos no Estado; b) Analisar os indicadores econômicos das regiões do arranjo mostrando a sua evolução ao longo dos anos, atrelando com as teorias econômicas do desenvolvimento regional; c) Propor as melhorias desses arranjos com base em estudos econômicos, para aumentar a produtividade do setor na região dos arranjos.

De forma geral, este trabalho apresenta os Arranjos de Fitoterápicos e Fitocosméticos e sua importância à luz das Teorias do Desenvolvimento Regional, além disso, traz análises documentais de órgãos e de outros autores fazendo um balanço de seu papel para o desenvolvimento regional do Estado do Amazonas e fazendo deste setor um dos pilares centrais da economia do Estado do Amazonas. A justificativa do trabalho vem com a intenção de sensibilizar os agentes econômicos do estado para que se tenham mais pesquisas para a ampliação da fomentação do setor na economia estadual.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS

Segundo Costa (2010) no Brasil o apoio às regiões carentes de uma estrutura produtiva de sua economia, fez crescer um termo muito conhecido nos últimos anos no país os APLs - Arranjos Produtivos Locais; que tem algumas definições peculiares; como uma espécie de guarda-chuva capaz de abrigar uma ampla diversidade de agentes produtores e consumidores capazes de se relacionar para definir o fluxo de bens e serviços em um determinado local. No entanto Cassiolato (2003) diz que os APLs são: Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação.

Neste caso, cada região ou localidade é diferente pelos seus atributos próprios.

Assim, não é possível um único modelo generalizado de inovação. Cada região ou localidade terá que criar as condições e políticas segundo suas especificidades. Assim várias formas institucionais de arranjo inovadores com vistas ao desenvolvimento regional veem sendo aplicadas em várias regiões do mundo. Entre elas, destacam-se as incubadoras de empresas os parques tecnológicos e grande família denominada Arranjo Produtivos Locais. Estes formatos estão predominantemente orientados para as atividades centralizadas ou urbanas (industriais ou de serviços), com pouca ênfase nas atividades agrárias (DINIZ et al., 2006).

De acordo com a ANVISA (2004), fitoterápico é: “todo medicamento obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas vegetais com finalidade profilática, curativa ou para fins de diagnóstico, com benefício para o usuário. É caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade. É o produto final, acabado e rotulado. Na sua preparação, podem ser utilizados adjuvantes farmacêuticos permitidos na legislação vigente.

Os Fitocosméticos são cosméticos cujos princípios ativos são extratos integrais de vegetais, óleos vegetais ou mesmo partes do vegetal, normalmente tendo como ponto de partida um fitoterápico. Têm como apelo e objetivo fornecer produtos que não agredam o organismo e utilizando matérias-primas da flora brasileira, que apresenta uma infinidade de plantas com as mais diversas finalidades terapêuticas. O termo fito vem do latim e significa planta. Portanto, fitocosmético é um produto que tem a função de conservar ou melhorar a aparência da pele ou dos cabelos utilizando-se, para isso, de derivados de plantas (CAPEZ, 2012).

APL'S E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Desenvolvimento Regional é um processo algo relevante para qualquer região; ainda mais quando temos um cenário de regiões carentes de incentivos e isso não é diferente no Estado do Amazonas. A importância de se pensar variáveis que facilite o processo desenvolvimentista da região como a: pesquisa científica, incentivos dos agentes públicos de todas as esferas; municipais, estaduais, federais e além de se ter o conhecimento dos recursos naturais e a utilização dos mesmos facilitam o processo (PIMENTEL, 2017). Existem casos de APLs voltados para o desenvolvimento competitivo de setores exportadores, por exemplo, poder-se-ia desenvolver algumas ações específicas dentro de cada eixo. No eixo inovação e tecnologia, podendo se focar na infraestrutura de serviços de certificação e normatização, no desenvolvimento de marca própria e em design; no eixo de gestão e cooperação, fomentam a criação de consórcios de exportação; no eixo financiamento e investimento, em linhas de crédito para exportação; e no eixo de formação e capacitação, promover o fortalecimento de capacitações para inovar

(CASSIOLATO 2003).

Como citado anteriormente para que um arranjo consiga êxito deverá ter um foco na sua estruturação; como capacitação da mão de obra o mais essencial, mercado alvo e investimento na capacidade de produção dos seus produtos, situações enfrentadas por outros estados como Minas Gerais e Paraná nos falam o seguinte: Os argumentos podem ser ilustrados com dois exemplos concretos referentes aos Estados do Paraná e de Minas Gerais. Tome-se, primeiramente, uma recente pesquisa direta realizada pelo Ipardes, em 22 APLs existentes no Estado, cujo objetivo era identificar os problemas enfrentados pelos gestores dessas aglomerações. O maior problema apontado pelos APLs, em 19 dos 22, foi à capacitação da mão de obra nos níveis técnico, operacional e tecnológico. Este certamente é um ponto central para compreendermos que a necessidade de um APL é um problema de natureza nacional e regional, mas não local. A qualificação da força de trabalho, entendendo que há uma questão federativa aqui envolvida, não poderá ser resolvida apenas no âmbito do próprio município onde se localiza o APL (CRUZ et al., 2011).

A gestão dos arranjos é destacada como um elemento essencial para o surgimento, manutenção e sucesso econômico de APLs. Quando se é identificado como fatores que diferenciam os APLs dos demais formatos de organização e aglomeração produtiva suas vantagens competitivas locais, dentre as quais se destacam, no plano de gestão, a cooperação multilateral e institucionalizada que dará ao arranjo capacidade de reação coletiva às ameaças e oportunidades devido ao planejamento de ações (FUINI, 2014). São aplicados alguns filtros e critérios estatísticos para a definição de variáveis de controle. Dessa forma, a compilação desse conjunto de informações possibilita a classificação dos arranjos produtivos, considerando-se a sua participação no emprego do setor para a região definida, bem como a sua importância para o desenvolvimento local. Em síntese, os APLs são enquadrados na seguinte tipologia: Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional, Vetor de Desenvolvimento Local, Vetor Avançado, Embrião de arranjo produtivo (MARIANI et al., 2014).

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

A Teoria do Desenvolvimento Endógeno surge como contraposição aos modelos clássicos de crescimento, que levariam inevitavelmente a um estado estacionário da economia, situação que iria contra a premissa de que, para haver desenvolvimento real, é necessário que se estabeleça uma dinâmica de formação de produtividade crescente. Assim, a teoria do Desenvolvimento Endógeno considera, em linhas gerais, que o desenvolvimento está relacionado à utilização, execução e valorização de recursos locais e à capacidade de controle do processo de acumulação, possibilitando a geração de rendimentos crescentes, por meio do uso de recursos disponíveis e da introdução de inovações, garantindo criação de riqueza

e melhoria do bem-estar (ARAÚJO, 2014).

De acordo com Amaral Filho, (2008) o sistema produtivo local está para o desenvolvimento local assim como o desenvolvimento local está para o sistema produtivo local, ou seja, ambos mantêm relações de reciprocidade, e relações de causas e efeitos de maneira acumulativa. Não parece ser mais razoável de se colocar o desenvolvimento local em função de algum sistema produtivo, o qual se encontra dentro do contexto desse desenvolvimento. Considerando os APLs como os “centros dinâmicos” do desenvolvimento local, podemos imaginar um processo continuado que começa na mobilização dos territórios para o desenvolvimento, através da construção de redes de atores locais, visando à criação de ambientes favoráveis, até a constituição de redes de empresas, que resultará na elevação dos níveis de adensamento empresarial, de especialização produtiva e de dinamismo econômico e social dos territórios.

O modelo pode ser definido como desenvolvimento realizado de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um modelo de desenvolvimento de cima para baixo, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional. Essa última modalidade pode ser associada àqueles casos de implantação de grandes projetos estruturantes (do tipo petroquímico, etc.) e que procura satisfazer a coerência de uma matriz de insumo-produto nacional. (Ibidem, p. 4. 2016).

A política de desenvolvimento local tende a superar os desequilíbrios através do fomento de todos os territórios, constituindo-se num jogo de soma positiva, capaz de tirar proveito do potencial de desenvolvimento existente no território. O mecanismo dinamizador seria representado pela resposta dos atores locais aos desafios colocados pelo aumento da competitividade. Desenvolvimento Econômico Local é:

O processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Este conceito está baseado na ideia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. (BARQUERO, 2008 apud OLIVEIRA, 2014, p.6-7)

O novo cenário econômico mundial, marcado pelo acirramento da competitividade no mercado internacional e pela difusão da tecnologia da informação e comunicação, tem levado as empresas a concentrarem suas estratégias no desenvolvimento de sua capacidade inovativa, buscando inserção mais competitiva no mercado global. Ou seja, o dinamismo do mercado faz com que as firmas busquem constantemente novas estratégias, conhecimentos, competências e capacidades produtivas que as diferenciem e que lhes coloquem à frente nas novas situações que o mercado oferece. A empresa passa a ser definida como uma organização voltada para aquisição de

conhecimento específico de suas atividades em um contexto institucional em nível regional e global (CAMPOS et al., 2005).

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL

As Teorias do Desenvolvimento Econômico é o embasamento da parte econômica deste trabalho. Será abordado neste tópico teorias de alguns autores sobre o desenvolvimento econômico e regional. Autores como Rostow se destacou por mostrar as etapas básicas para o desenvolvimento; Schumpeter se pautou no avanço tecnológico como variável chave para o desenvolvimento econômico; Myrdal mostra as disparidades entre os países através da acumulação das suas atividades econômicas e por fim Hirschman teve como finalidade de provocar uma reflexão acerca dos modelos de gestão e desenvolvimento criados e utilizados pelos governos para alavancar o crescimento econômico e desenvolvimento social das nações subdesenvolvidas. Esses autores contribuíram para que entendamos o como é complexo o processo de Desenvolvimento Econômico de uma região, pois ela é pautada em processos e fases que em determinadas situações podem demorar ou não, mas que mostram o que devem ser feitos para ser possível para superar essas etapas.

Rostow propõe uma teoria mais dinamizada da produção, baseada na observação de sociedades realmente existentes, e não em modelos teóricos que consideram o desenvolvimento econômico como um processo de desdobramentos logicamente encadeados em etapas que se articularam. Suas ideias foram influenciadas pela sucessão de diferentes momentos históricos que caracterizaram o desenvolvimento europeu, tais como a Revolução Industrial, a Segunda Guerra Mundial e a reconstrução no período do pós-guerra. (MADUREIRA, 2015).

A teoria rostowiana aponta que, ao se impulsionar o desenvolvimento para os demais países, as economias consideradas desenvolvidas, além de expandir ideais capitalistas, poderiam auxiliar as demais com empréstimos e auxílio técnico. As cinco etapas do desenvolvimento de Rostow são: A primeira é a Sociedade tradicional (traditional society); A segunda são as condições para o arranco ou a decolagem (transitional stage); O terceiro é o arranco (take-off); A quarta é a marcha para a maturidade (drive to maturity); a quinta e a última era do consumo em massa (high mass consumption). No que tange à primeira etapa, está se refere à sociedade tradicional, a qual é definida em relação à sociedade moderna e se identifica liminarmente pela insuficiência de recursos (SANTOS SILVA, 2004 apud NIEDERLE et al., 2016). Na segunda etapa, encontra-se uma sociedade em processo de transição, na qual surgem os primeiros sintomas do que o autor considera “o princípio do arranco ou decolagem”. Diferentemente da primeira fase, onde a produtividade é limitada, nesta etapa busca-se romper com os fatores que determinam rendimentos decrescentes,

sobretudo mediante o aumento da especialização do trabalho e a modernização tecnológica.

Na terceira fase, que o autor chama de “arranco”, o desenvolvimento sobrepõe-se às resistências e bloqueios que limitavam as mudanças econômicas e sociais já ocorridas na segunda fase. (MORAIS et al., 2010). Da mesma forma, também a quarta etapa, que o autor chama de “marcha para a maturidade”, agrega o aumento da tecnologia moderna, o incentivo à produção e a busca pela diversificação de produtos. A mão de obra reduz-se ainda mais no campo, em contraponto ao aumento da mão de obra especializada nos centros urbanos. Assim, graças a vários incentivos, sobretudo por parte do Estado, alguns bens anteriormente importados passam a ser produzidos internamente.

Schumpeter, em sua obra Teoria do Desenvolvimento Econômico, ele defende um pensamento bem particular sobre o que ele chamou de fenômeno fundamental do desenvolvimento. Procurando se esquivar da simples história econômica e da parte estática da teoria, a saber, o fluxo circular, Schumpeter relacionou o processo de desenvolvimento econômico a mudanças endógenas e descontínuas na produção de bens e serviços. Em sua análise, destaca-se a figura do empreendedor ou de empresário schumpeteriano como agente fundamental do processo de desenvolvimento econômico (DOMINGUES, 2012). Mudanças que geram desenvolvimento acontecem no lado da oferta, ou seja, é a esfera produtiva que conduz todo o processo. Mas o que é necessário para produzir? Produzir é combinar materiais e forças ao nosso alcance. Para produzir coisas novas ou as mesmas coisas de forma diferente devemos combinar diferentemente materiais e forças. Essas são as novas combinações que podem acontecer de forma gradativa ou abrupta. Quanto as novas combinações surgem de forma repentina e descontínua, há o fenômeno do desenvolvimento econômico. Schumpeter definia como desenvolvimento:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, as explicações do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (NIEDERLE et al., 2016, p.20).

Essas novas combinações podem objetivar a introdução de um novo produto, de um novo método, a abertura de um mercado, a conquista de novas matérias-primas ou o estabelecimento de uma nova organização produtiva. Ao ocorrerem novas combinações, elas ocasionam alterações sociais e econômicas. Em um sistema monopolista, surgem dentro das grandes corporações e em um sistema

socialista, as novas combinações surgem de forma a não provocar consequências socioeconômicas. Cabe aqui ressaltar a distinção entre inovações e novas combinações. Inovações são descobertas científicas que nem sempre influenciam a economia, ao passo que as novas combinações dos fatores de produção, oriundas ou não de inovações recentes ou passadas, desencadeiam o desenvolvimento econômico (DOMINGUES, 2012).

Hirschman considera que nos países tidos como retardatários, ou seja, que ainda não atingiram o desenvolvimento é preciso criar as condições para que este se manifeste o que dificilmente acontece de uma forma espontânea. Mesmo considerando-se em desacordo com grande parte da literatura existente sobre o desenvolvimento, ele defende que se um país subdesenvolvido não consegue se suprir das características necessárias ao desenvolvimento (como capital, educação tecnológica, sistema bancário adequado e infraestrutura), isso se dá, em função da dificuldade desse país em tomar decisões para que os pré-requisitos fundamentais para o desenvolvimento possam ser estabelecidos. Hirschman contesta o desenvolvimento através de um grande impulso. Defende uma estratégia planejada de desenvolvimento para regiões deprimidas mediante investimentos em setores específicos, sinalizando para os agentes locais e regionais os elos não preenchidos da cadeia produtiva que podem ser ocupados pelas supostas, reservas ocultas de força de trabalho, poupança e capacidade empresarial. Na sua hipótese o investimento ou incentivo, pelo Estado, ao desenvolvimento das indústrias motrizes geram efeitos em cadeia, tanto nos elos retroativos quanto nos prospectivos da cadeia produtiva. (SILVA, 2010).

Foi no contexto pós-segunda guerra mundial, em 1956, que Myrdal reescreveu sua obra “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas”, difundindo a teoria da causação circular e acumulativa. Segundo a teoria, o círculo vicioso do atraso econômico e da pobreza só pode ser interrompido através de intervenções do Estado que promovam crescimento econômico com integração nacional. O autor deixa claro que essa cláusula imposta ao crescimento econômico, a integração nacional, é uma peça fundamental do modelo, cuja ausência ou insuficiência acarreta a continuidade do processo de causação circular. (CARVALHO et al., 2007). Myrdal acredita que os países precisam elaborar um plano estratégico de intervenção nas forças de mercado, de modo a condicioná-las a alavancar rumo ao progresso social. Em países subdesenvolvidos é aceitável que os governos intervenham na economia e assumam várias funções que estimulem o desenvolvimento buscando uma melhora no padrão de vida da população. Para o autor pode ser descrito da seguinte maneira:

O progresso econômico cria as condições para a solidariedade regional, que se traduz em políticas equalizadoras. Estas por sua vez sustentam o crescimento econômico e referem-se a um estágio do processo cumulativo. Superficialmente, estas políticas tornam-se o marco de um Estado Nacional em alto nível de integração. Para Myrdal é fundamental e indispensável a ação estatal para controlar as forças de mercado e evitar a ação concentradora das mesmas,

apesar das dificuldades de aplicação das mesmas, devido às disparidades dentro e entre países, que são causa e efeito uma da outra em um processo de causalção circular cumulativa (MADUREIRA, 2015 p.7).

Nesses termos, fazem-se necessárias medidas que compensem os back wash effects e incentivem o investimento e a alocação de capitais para setores como de infraestrutura, transportes, tecnologia agrícola etc. (MADUREIRA, 2015).

FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS NO ESTADO DO AMAZONAS

De acordo com a SEPLAN-CTI (2009), no Estado do Amazonas se indicou as potencialidades de Arranjos Produtivos Locais (APLs) para a geração de emprego e renda em diversos setores econômicos, entre eles, o da bioindústria formado pelos segmentos de fitoterápicos, fitocosméticos e fitofármacos. Foi o resultado da visão prospectiva de um grupo representativo de diversos segmentos sociais, da sua consciência de cidadania, comprometimento e inabalável confiança na possibilidade de concretização de um projeto, objetivando o desenvolvimento econômico baseado na exploração sustentada dos recursos naturais da região.

Os estudos de projeção para o Estado do Amazonas, segundo avaliação da secretaria sugerem que em 10 anos, o Amazonas poderá estar participando do mercado com uma parcela de US\$20,8 bilhões de dólares, dos quais serão agregados na região US\$11 bilhões de dólares com a geração de 357.000 postos de trabalho, com uma receita de US\$653 milhões de dólares em impostos estaduais diretos e indiretos. Os problemas enfrentados pelo Estado para o processo desenvolvimentista são semelhantes em outros estados da federal e são descritos dessa maneira:

Tomando-se como base os produtores do Amazonas, pode-se afirmar que o nível de conhecimento é baixo em relação a outros estados e pior quando se compara a outros países mais eficientes. Um dos fatores é o baixo nível de capacitação técnica dos produtores, e a precária assistência técnica. Assim, é necessário estimular novos conhecimentos sobre o uso da biodiversidade, com a formação de uma nova geração de profissionais diferenciados com visão Inter, multi e transdisciplinar, que possam produzir conhecimentos, estabelecerem bioindústrias, obterem produtos biotecnológicos novos, desenvolverem processos e tecnologias de produção, conservação e validação da utilização terapêutica, cosmética e de nutrição das plantas estudadas e que esses fatores interfiram positivamente no atual estágio de desenvolvimento econômico da sociedade amazonense (SEPLAN-CTI, 2009, p.29-30).

As cidades que compõem os Arranjos de Fitoterápicos e Fitocosméticos são as cidades de Barreirinha, Manaquiri, Presidente Figueiredo e Silves. A Figura 1 mostra um mapa do estado e onde se localizam os municípios preenchidos de azul no mapa.

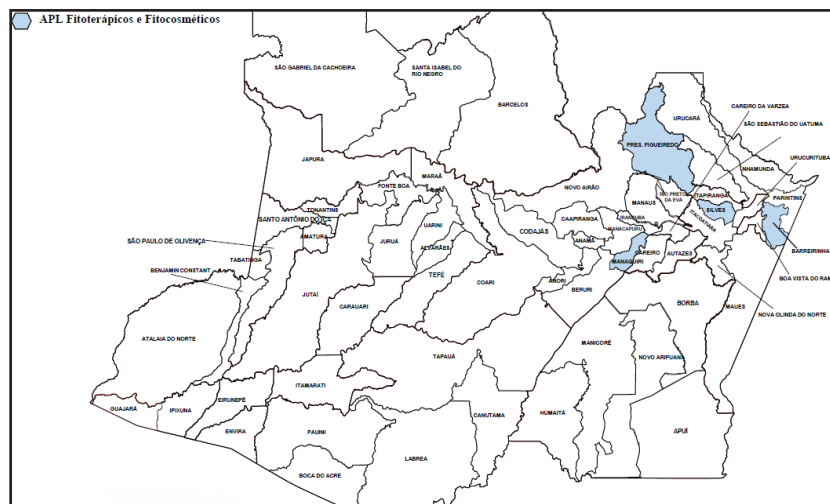


Figura 1 - Localização dos municípios dos APLs de Fitoterápicos e Fitocosméticos.

Fonte: SEPLAN-CTI, 2009

A organização desses arranjos se divide em quatro categorias: 1 - Fornecedor de Matérias-primas: Extrativismo; inicialmente está num estágio de coleta predatória, por falta de conhecimento de técnicas adequadas de manejo florestal e de cuidados com a qualidade e padronização do produto. Trabalha de forma isolada. Agricultora; baixa produtividade; falta de técnicas agrícolas mais adequadas para obtenção de um melhor padrão de qualidade da matéria-prima. Trabalha de forma isolada; 2 - Usina de extração de óleo bruto: Extração de óleo de pau rosa e copaíba, semente de andiroba, entre outras, e estão situadas nos municípios do interior do Estado; 3 - Indústria de refinamento de óleos vegetais: Lidam com a elaboração de produtos naturais como matéria-prima para a utilização nas indústrias de cosméticos, alimentícias, farmacêuticas, fitos-fármacos, dentre outras; 4 - Indústria de fitoterápicos e fitocosméticos: No cenário tecnológico-industrial existem três empresas implantadas no Estado que trabalham com fitoterápicos que são a Pronatus, a Amazon Ervas e a Phármacos. Nesse estágio são utilizados como matérias-primas; amor crescendo, jaborandi, crajiru, mangarataia, unha de gato, copaíba, urucum, entre outras. Também existem empresas de perfumaria que além de utilizarem essências naturais, utilizam embalagens.

Os produtos industriais de fitoterápicos e fitocosméticos; esses produtos são muito apreciados pelo mercado exterior e local e são divididos da seguinte forma, os Fitoterápicos são: Xaropes; Chás; Ungentos; Emplastros; Tinturas; Cápsulas; Pomadas; Cremes; Soluções; Pós. Fitocosméticos são: Óleos Fixos; Extratos Vegetais; Óleos Essenciais; Corantes; Xampus; Cremes; Sabonetes; Colônias; Perfumes; Batons; Maquiagens; Desodorantes; Dentifrícios; Óleos; Talcos; Sais; Loções.

Evolução do PIB nominal entre 2010-2015			
CIDADES	PIB (em milhões de R\$)	CIDADES	PIB (em milhões de R\$)
MANAQUIRI	R\$ 124.174,00	MANAQUIRI	R\$ 231.337,45
BARREIRINHA	R\$ 117.893,00	BARREIRINHA	R\$ 205.900,34
PRESIDENTE FIGUEIREDO	R\$ 314.535,00	PRESIDENTE FIGUEIREDO	R\$ 760.557,65
SILVES	R\$ 48.370,00	SILVES	R\$ 104.903,15

Tabela 1: Evolução do PIB nominal entre 2010-2015

Fonte: IBGE, (2015).

Como podemos observar na Tabela 1 mostra a evolução do PIB nominal dos municípios em que os Arranjos de Fitoterápicos e Fitocosméticos são contemplados. Os municípios tiveram crescimento médio de 48,6% em um período de 5 anos. Manaquiri teve o maior crescimento real; cerca de 53,67% e Presidente Figueiredo teve o menor crescimento entre os citados na tabela acima, cerca de 41,35%.

Evolução do PIB per capita entre 2010-2015			
CIDADES	PIB (em R\$)	CIDADES	PIB (em R\$)
MANAQUIRI	R\$ 5.468,63	MANAQUIRI	R\$ 8.141,96
BARREIRINHA	R\$ 4.312,08	BARREIRINHA	R\$ 6.716,04
PRESIDENTE FIGUEIREDO	R\$ 11.597,48	PRESIDENTE FIGUEIREDO	R\$ 23.179,25
SILVES	R\$ 5.727,64	SILVES	R\$ 11.551,94

Tabela 2: Evolução do PIB per capita entre 2010-2015

Fonte: IBGE, (2015).

Como podemos observar na Tabela 2 mostra a evolução do PIB per capita dos municípios em que os Arranjos de Fitoterápicos e Fitocosméticos são contemplados. Os municípios tiveram crescimento médio no seu PIB per capita em cerca de 57,74% em um período de 5 anos. Manaquiri teve o maior crescimento real; cerca de 67,16% e Silves teve o menor crescimento entre os citados na tabela acima, cerca de 49,58%.

Evolução do PIB do setor primário entre 2010-2015			
CIDADES	PIB (em milhões de R\$)	CIDADES	PIB (em milhões de R\$)
MANAQUIRI	R\$ 53.493,00	MANAQUIRI	R\$ 98.105,09
BARREIRINHA	R\$ 21.195,00	BARREIRINHA	R\$ 44.492,33
PRESIDENTE FIGUEIREDO	R\$ 51.177,00	PRESIDENTE FIGUEIREDO	R\$ 154.527,49
SILVES	R\$ 14.365,00	SILVES	R\$ 46.548,58

Tabela 3: Evolução do PIB do setor primário entre 2010-2015

Fonte: IBGE, (2015).

Como podemos observar a Tabela 3 mostra a evolução do PIB nominal do primeiro setor nos municípios em que os Arranjos de Fitoterápicos e Fitocosméticos são contemplados em sua maioria. Os municípios tiveram crescimento médio no setor de cerca de 32,17% em um período de 5 anos. Manaquiri tem a maior participação do primeiro setor em relação ao PIB nominal cerca de 44,37% enquanto o município de Presidente Figueiredo teve o menor crescimento entre os citados na tabela acima, cerca de 20,31% do primeiro setor em relação ao PIB nominal.

Para encontrarmos uma ligação entre o PIB nominal e o PIB do primeiro setor onde os Arranjos estão localizados neste setor. Para compreendermos essa relação precisamos fazer uma correlação estatística entre o PIB nominal geral dos municípios com os do setor de primário dos mesmos. Em relação ao ano de 2010 a correlação é média com cerca de 0,68406. Enquanto no ano de 2015 a correlação é de 0,91944 considerada muito forte; o que isso quer dizer que o crescimento geral do PIB nominal dos municípios foi impulsionado pelo primeiro setor, então os arranjos tiveram uma contribuição significativa para o setor primário, tão logo para o PIB nominal.

Evolução do PIB nominal do setor secundário entre 2010-2015			
CIDADES	PIB (em milhões de R\$)	CIDADES	PIB (em milhões de R\$)
MANAQUIRI	R\$ 3.763,00	MANAQUIRI	R\$ 7.476,43
BARREIRINHA	R\$ 3.709,00	BARREIRINHA	R\$ 6.609,07
PRESIDENTE FIGUEIREDO	R\$ 83.992,00	PRESIDENTE FIGUEIREDO	R\$ 254.060,83
SILVES	R\$ 2.047,00	SILVES	R\$ 3.865,03

Tabela 4: Evolução do PIB nominal do setor secundário entre 2010-2015

Fonte: IBGE, (2015).

Como podemos observar a Tabela 4 mostra a evolução do PIB nominal do segundo setor nos municípios em que os Arranjos de Fitoterápicos e Fitocosméticos são contemplados em sua maioria. Os municípios tiveram crescimento médio no setor de cerca de 48,11% em um período de 5 anos. Barreirinha teve a maior participação do segundo setor em relação ao PIB nominal cerca de 56,11% enquanto o município de Presidente Figueiredo teve o menor crescimento entre os citados na tabela acima, cerca de 33,05% do segundo setor em relação ao PIB nominal.

Para encontrarmos uma ligação entre o PIB nominal (na Tabela 1) e o PIB do segundo setor na (Tabela 4) onde os Arranjos estão localizados neste setor. Para compreendermos essa relação precisamos fazer uma correlação estatística entre o PIB nominal geral dos municípios com os do setor de secundário deles. Em relação ao ano de 2010 a correlação é muito forte com cerca de 0,95939. Enquanto no ano de 2015 ficou ainda mais forte; neste caso a correlação é de 0,98242 considerada muito

forte; o que isso quer dizer que o crescimento geral do PIB nominal dos municípios foi impulsionada também pelo segundo setor, então os arranjos neste setor também tiveram uma contribuição significativa para o setor primário, tão logo para o PIB nominal.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos deste trabalho possuem abordagens quali-quantitativa por ser uma forma adequada para entender a relação teórica do desenvolvimento regional a partir dos Arranjos Produtivos Locais. Quanto à natureza, possui características quali-quantitativa, pois ela mostra números dos municípios e também porque foi feita uma correlação estatística entre o crescimento do PIB nominal dos municípios e os PIBs dos setores primário e secundário onde se concentra a maioria dos arranjos.

A pesquisa analisa os fenômenos documentados e artigos do setor de fitoterápicos e fitocosméticos no Estado do Amazonas. A pesquisa dos dados será por meio de pesquisa bibliográfica e documental. É documental pois esta monografia foi buscar informações em órgãos como a SEPLAN-CTI que inclui artigos e registros documentais sobre a situação dos Arranjos Produtivos Locais do setor de Fitoterápicos e Fitocosméticos no Estado do Amazonas e do IBGE; que traz uma análise dos dados sobre os dados econômicos dos municípios em que se localizam os arranjos. Além disso, ela é considerada uma pesquisa bibliográfica pois ela vai utilizar autores de revistas, livros e artigos como: Monteiro da Costa (2010); um dos exemplares mais completos sobre APLs no Brasil, Niederle (2010) que explicará da aplicação das teorias do desenvolvimento econômico.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Relembrando o foco central da pesquisa que dispunha a verificar a importância dos APLs de Fitoterápicos e Fitocosméticos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, é válido destacar alguns pontos que possam explicar como os arranjos podem contribuir para o desenvolvimento econômico estadual.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs), são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas. Fitoterápico é: “todo medicamento obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas vegetais com finalidade profilática, curativa ou para fins de diagnóstico, com benefício para o usuário. Os Fitocosméticos são cosméticos cujos princípios ativos são extratos integrais de vegetais, óleos vegetais ou mesmo partes do vegetal, normalmente tendo como ponto de partida um fitoterápico. Os conceitos básicos são importantes, pois através dele podemos delimitar, planejar e

organizar seguimentos de estudos.

O Desenvolvimento Regional é uma teoria econômica relevante para qualquer região que necessita de atenção para o seu progresso. A importância de se pensar em soluções que ponham em prática a fomentação do processo desenvolvimentista da região como a: pesquisa científica, incentivos dos agentes públicos de todas as esferas; municipais, estaduais, federais e além de se ter o conhecimento dos recursos naturais, em síntese a melhor relação entre os agentes econômicos facilita o processo. Outro fator é gestão dos arranjos, que são essenciais para o surgimento, manutenção e sucesso econômico dos mesmos. Portanto, os Arranjos Produtivos Locais são enquadrados nas seguintes categorias: Núcleo de Desenvolvimento Setorial e Regional, Vetor de Desenvolvimento Local, Vetor Avançado e embrião de arranjo produtivo.

O Desenvolvimento Endógeno surge como contraposição aos modelos clássicos de crescimento, que levam ao estado estacionário da economia, situação que iria contra a premissa de que, para haver desenvolvimento real. Assim, o estudo sobre Desenvolvimento Endógeno considera, em linhas gerais, que o desenvolvimento está relacionado à utilização, execução e valorização de recursos locais e a capacidade de controle do processo de acumulação, possibilitando a geração de rendimentos crescentes, por meio do uso de recursos disponíveis e da introdução de inovações, garantindo criação de riqueza e melhoria da sociedade local. O modelo pode ser definido como desenvolvimento realizado de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um modelo de desenvolvimento de cima para baixo, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo poder central do país.

O estudo histórico de autores que tiveram êxito de propor melhorias econômicas para as sociedades de suas épocas, foram essenciais na contribuição deste trabalho, além de embasar economicamente essa monografia. O Arranjo Produtivo local nada mais é do que uma vertente de aplicações teóricas que surgiram através dos estudos de alguns desses autores. Esses autores foram selecionados, pois, são pioneiros no estudo do desenvolvimento econômico e regional. Por exemplo: Rostow se destacou por mostrar as etapas básicas para o desenvolvimento; Schumpeter se pautou no avanço tecnológico como variável chave para o desenvolvimento econômico; Myrdal mostra as disparidades entre os países através da acumulação das suas atividades econômicas e, por fim, Hirschman teve como finalidade provocar uma reflexão acerca dos modelos de gestão e desenvolvimento criados e utilizados pelos governos para alavancar o crescimento econômico e desenvolvimento social das nações subdesenvolvidas.

A Formação de Núcleo Estadual de APLs, uma das vertentes da estratégia de atuação do Governo Federal para o desenvolvimento do País, consiste na realização de ações integradas de políticas públicas, para Arranjos Produtivos Locais (APLs). A estratégia é mudar a lógica individualizada de atuações dos vários órgãos

governamentais e não governamentais, que atuam com o tema do desenvolvimento local e regional, e complementar com os APLs, o aumento da competitividade das diversas cadeias produtivas, que já vem sendo realizada por diversos órgãos do governo e muitas outras instituições de apoio. A partir do reconhecimento da necessidade de somar esforços, em busca do desenvolvimento do País, iniciou-se uma articulação entre os órgãos interessados, com vista à elaboração de uma estratégia de atuação conjunta.

No Estado do Amazonas observou-se as potencialidades de Arranjos Produtivos Locais (APLs) para a geração de emprego e renda em diversos setores econômicos, entre eles, o da bioindústria formado pelos segmentos de fitoterápicos, fitocosméticos e fitofármacos. Os estudos de projeção para o Estado do Amazonas, segundo avaliação da secretaria, sugerem que em 10 anos, o Amazonas poderá participar do mercado com uma parcela de US\$20,8 bilhões de dólares, dos quais serão agregados na região US\$11 bilhões de dólares com a geração de 357.000 postos de trabalho, com uma receita de US\$653 milhões de dólares em impostos estaduais diretos e indiretos. A análise dos dados econômicos do municípios onde se localizam os arranjos que são: Barreirinha, Manaquiri, Presidente Figueiredo e Silves, foram feitas a partir de análises com as informações disponibilizadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; essa análise consistiu em explicar a evolução do PIB nominal no ano de 2010 até 2015 e, também, a evolução do PIB per capita que é a divisão do PIB nominal e número de habitantes do município; esta é uma das formas de se analisar o nível de renda do município. Além das análises citadas foi comprimida em tabelas, observar as Tabelas 1,2,3 e 4; onde nelas contém esses dados dos PIB nominal, do PIB per capita e dados econômicos dos setores primário e secundário dos anos de 2010 e 2015.

Após interpretar as informações das tabelas foi feito uma correlação entre o PIB nominal e os PIBs dos setores primários e secundários nos anos de 2010 até 2015 e o que se pode observar foi uma correlação média em 2010 no setor primário e evoluindo para uma correlação forte no ano de 2015, já no setor secundário a correlação foi de forte, para muito forte em comparação entre esses dois anos em análise. Essa análise serviu para comprovar a participação efetiva do arranjo nos setores primário e secundário na economia desses municípios onde estão os arranjos.

A pesquisa mostrou os fatores que fazem dos Arranjos Produtivos Locais uma solução para o Desenvolvimento Econômico Local. A sua abordagem vai além das visões de empresas individuais, no setor ou na cadeia produtiva estabelecendo um vínculo entre as atividades produtivas e as suas respectivas regiões. Nesse contexto, os Arranjos produtivos Locais (APLs) surgiram como uma alternativa para equilibrar a situação financeira das regiões, visto que, sua base é a cooperação entre os agentes, ou seja, aglomerados. Devido a isso, muitos Estados brasileiros estão adotando os arranjos como uma nova base do desenvolvimento econômico de

suas regiões.

Pode-se comprovar que a contribuição dos arranjos para o crescimento da economia amazonense é importante para dinamizar a economia local, mas o potencial do setor é enorme como já foi falado dos benefícios que os mesmos podem muito mais do que o atual estado do setor. Atualmente, o setor está em expansão e a sua contribuição aumentou com o passar dos anos, mas, ainda tem muito para crescer e ser um dos pilares fundamentais da economia amazonense.

Os Arranjos estão contidos nos setores primários e secundário. E ao analisarmos os dados explicados no final do último tópico da Revisão da Literatura podemos afirmar que os arranjos são importantes para o estado pois é uma maneira de dinamizar a economia estadual fora do eixo da sua capital. As informações que mostram essa evolução estão nas tabelas 1,2,3 e 4 além da análise de correlação estatística entre os setores com o crescimento econômico dos municípios. Dessa forma, pode-se ressaltar que o mercado de fitoterápicos e fitocosméticos só cresce ano a ano no mercado internacional e é cada vez mais importante expandir a produção desses produtos a fim de que ele contribua de forma de participação na receita e no produto agregado do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se diante da reestruturação produtiva onde os Arranjos Produtivos Locais foram ganhando espaços e de alguns anos atrás; surgindo um novo padrão de crescimento e desenvolvimento. A interação entre os agentes econômicos é a força motriz dos Arranjos Produtivos Locais, e como se verificou no estudo, o termo APLs é um tema novo no contexto brasileiro e muito mais novo ainda no Estado do Amazonas, mas que vem ganhando uma grande visibilidade no Brasil na última década. Procurou-se, assim, evidenciar nesse estudo, as abordagens acerca dos Arranjos Produtivos Locais. Primeiro, foram apresentadas as definições sobre o tema, depois disso foi explicado na literatura os fatores que captam o desenvolvimento local através dos APLs, desenvolvimento endógeno, as teorias do desenvolvimento econômico e regional e, por fim, os Arranjos Produtivos Locais de Fitoterápicos e Fitocosméticos no Estado do Amazonas e os benefícios que esses arranjos podem trazer para o Estado do Amazonas; este último é objeto específico desse estudo.

O procedimento metodológico abordado nesse estudo, atribui-se a utilização do método observacional no qual se analisa metodicamente os impactos e as influências de variáveis no determinado cenário e ou período, neste caso a análise dos arranjos de fitoterápicos e fitocosméticos, verificando o comportamento de cada variável desse durante o período que teve decreto n.º 26.957 de três de setembro de 2007. A apresentação e interpretação de dados foram fundamentais para a análise dos mesmos auxiliando assim na compreensão do cenário dos Arranjos Produtivos Locais. O nível de qualificação em todos os segmentos na sua maioria é ensino

superior, mostrando que o desenvolvimento intelectual dos indivíduos é de extrema importância para essa economia.

Nota-se que a partir do decreto que implantou os arranjos deu-se mais valor a interiorização dos arranjos no Estado do Amazonas. Os segmentos de fitoterápicos e fitocosméticos são considerados como arranjos-chaves como alguns outros. O nível de qualificação é baixo na maioria dos locais e isso é um dos problemas clássicos dos APLs e isso mostra que o desenvolvimento intelectual dos indivíduos é de extrema importância para essa atividade.

No que tange aos programas e ações voltados estes segmentos foi possível verificar a participação das esferas federais, estaduais e municipais de forma mais contundente para o procedimento dos arranjos. Portanto, é possível verificar que o setor dos arranjos estão se tornando um setor fundamental, isso somente poderá evoluir se houver uma melhor interação entre os agentes econômicos para a evolução do setor de fitoterápicos e fitocosméticos, fazendo dele, em médio a longo prazo, um dos pilares da economia amazonense.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rodrigo da Cruz de. Análise sobre a Monocultura de soja e o desenvolvimento sustentável na Amazônia com base na Teoria do Desenvolvimento Endógeno. Belém, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br>> Acesso em 22 ago.2017.

AMARAL FILHO, Jair do. Sistemas e Arranjos produtivos Locais: fundamentos evolucionistas. Fortaleza. Centro de Pós-Graduação em Economia-CAEN/UFC, 2008.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disposição sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. Resolução RDC nº 48, 16 de março de 2004. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br>> Acesso em 22 ago.

CAPEZ, Lia. O que são fitocosméticos. São Paulo, 2012. Disponível em:<<http://esteticaliacapez.blogspot.com>> Acesso em 22 ago.2017.

CASSIOLATO, José Eduardo. Elementos Para o Desenvolvimento de uma tipologia de APLs: O foco nas Estratégias de Intervenção e Objetivos de Política. 1ed. Rio de Janeiro 2003.

CAMPOS, Antônio Carlos de. CALLEFI, Patrícia; J. B. D. L. D. S. A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. Maringá, v. 27, n. 2, p. 163-170, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br>> Acesso em: 15. Out 2017.

CARVALHO, Amílcar José, WANDERLEY, Lívio Andrade. Ação Pública e Pobreza sobre a Teoria de Myrdal. Salvador abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://iefe.sefaz.ma.gov.br>> Acesso em 15 out. 2017.

CRUZ, Bruno de Oliveira; FURTADO Bernardo Alves; MONASTERIO Leonardo; RODRIGUES JÚNIOR Waldery. Economia regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. 1ed. Brasília: Ipea, 2011.

DINIZ, Clélio Campolina, CROCCO, Marco. Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DOMINGUES, Ronald. A teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter. Disponível em:<<http://>

www.portalprudente.com.br> Acesso em: 25 set. 2017.

FUINI, Lucas Labigalini - A Governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs): Algumas Considerações Teóricas e Metodológicas. Londrina.v.23, n.1, p. 27-83, jan/jun 2014. Disponível:<<http://www.uel.br>> Acesso em: 28 abr. 2017.

IBGE, Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em 15 abr. 2018.

MARIANI, Marcos Júnior, DA SILVA, Christian Luiz. A mensuração do potencial interno de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local: uma proposta de aplicação prática metodológica para a mensuração do potencial interno do APL. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba: v. 6, n.2, p. 236-248, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br>> Acesso em 27 abr. 2017.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento Regional: Principais Teorias. Revista Thêma et Scientia, Cascavel – Vol. 5, no 2, jul/dez 2015. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br>> Acesso em 14 out. 2017.

MONTEIRO DA COSTA, Eduardo José. Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional: Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. 1ed. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010, p. 125-129.

MORAIS, Márcio Eduardo S. P; SILVA, Carolina Senra Nogueira da. Análise integrada do Desenvolvimento e etapas do Desenvolvimento Econômico: uma crítica à teoria de Walt Whitman Rostow sobre as etapas do desenvolvimento econômico. Pará de Minas 2010. Disponível em: <<http://periodicos.fapam.edu.br>> Acesso em: 15 out. 2017.

NEAPL. APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos. SEPLAN. Manaus set 2009. Disponível em: <http://www.seplancti.am.gov.br/wpcontent/uploads/2016/10/pdp_apl_fitoterap_fitocosm_v_4_0.pdf>. Acesso em 28 abr. 2017.

NIEDERLE, Paulo André, RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Introdução às teorias do desenvolvimento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 118 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>> Acesso em 10 set. 2017.

Nota Técnica nº 004/Secretaria Executiva de Desenvolvimento Econômico SED – DDE

OLIVEIRA, Gevaci Carlos Perroni Gama de. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: redes de cooperação. Belém, 2014. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br>> Acesso em 22 ago. 2017.

PIMENTEL, Nilson Tavares. O Desenvolvimento Econômico Local I - Amazonas. Manaus: SEPLAN-CTI, 2017. Disponível em: <<http://www.seplancti.am.gov.br>> Acesso em: 28 abr. 2017.

PIMENTEL, Nilson Tavares. Desenvolvimento & Crescimento Econômico. Manaus: SEPLAN-CTI, 2017. Disponível em: <<http://www.seplan.am.gov.br>> Acesso em 28 abr. 2017.

SILVA, Vicente Eudes Veras da, BARROS, Jorge Henrique Costa. Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social na Cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias 2010. Disponível em:<<https://www.aedb.br>> Acesso em: 15 out. 2017.

 **Atena**
Editora

2 0 2 0